

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE BETIM - IPREMB

ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE 2020.

Aos vinte e quatro de agosto de 2020, às 11h05min, na Sala virtual disponibilizada pela plataforma *Google Meet*, com transmissão ao vivo, em cumprimento à legislação, pela plataforma do *youtube*, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP, nomeados conforme o Decreto nº. 41.738, de 30 de Julho de 2019, dentre os quais: Representante Titular do Poder Executivo e Presidente do CMP - **Ana Mércia Pereira**; Representante Titular do Quadro Setorial da Educação-Sind-UTE/MG - **Luiz Fernando de Souza Oliveira**; Representante Titular dos Servidores ativos Sind-Serb - **Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira**; Representante Titular do Poder Executivo – **Lidiane Alves de Oliveira**; Representante Titular do Poder Legislativo – **Margareth Melo Rezende Butori**; Representante Titular do Poder Executivo Municipal, **Maria Aparecida Lopes Fonseca Andrade**; Representante do Quadro da Administração - Sind Serb, **Débora Dias**; Representante dos Aposentados, **Valdemar Frederico**; Chefe de Contabilidade do Instituto de Previdência Social do município de Betim – IPREMB – **Marcelo Jorge da Mata**. Havendo quórum, deu início a sessão. A Representante Titular do Poder Executivo e Presidente do CMP, Ana Mércia Pereira, deu bom dia a todos e cumprimentou todos os ouvintes e os Conselheiros presentes na reunião, de forma nominal. Na ocasião, a Presidente do CMP informou que a pauta corresponde à continuidade da apresentação da planilha referente ao Orçamento 2021; ressaltou que Marcelo terminaria a explanação sobre a despesa e para dar início à receita e, em seguida, seriam dirimidas dúvidas para esclarecimento. Foi disponibilizado o *chat* do *youtube* para as pessoas que assistem pudessem comentar. Marcelo deu seguimento às explicações sobre o Orçamento. Ana Mércia pediu para que Marcelo fosse bastante didático nas explicações pra que o público entendesse as explicações; pediu para explicar a diferença entre Receita e Despesa. Marcelo pontuou que Receita é todo o financeiro que

o IPREMB recebe, sendo que geralmente, a maioria é de contribuições, que se refere ao que se destinado para financiar as aposentadorias, os gastos e as despesas administrativas do IPREMB no dia a dia; ressaltou que são todos os recursos que o IPREMB recebe para este fim. Marcelo iniciou a explanação detalhada sobre a receita, lendo e explicando cada item e justificando os números constantes na planilha orçamentária que foi disponibilizada na tela virtual para todos os Conselheiros e ouvintes da reunião. Marcelo finalizou sua explicação detalhada da planilha. Após a apresentação detalhada dos números da planilha orçamentária, no que diz respeito à receita, Ana Mércia perguntou ao Marcelo se ele teria alguma consideração final em relação ao que foi exposto. Marcelo ressaltou que só queria considerar que em 2020, houve, no total da receita, um decréscimo em relação a 2019, na ordem de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), em relação a receita de rendimentos. Marcelo disse que em 2020, a receita de rendimentos tem sido menor que em 2019. Só em 2019, a receita patrimonial, que está no código 1300 ("um, trezentos"), foi de R\$216.000.000,00 (duzentos e dezesseis milhões de reais), ressaltou que tivemos um período bom nesta arrecadação e em 2020, a previsão dela foi de R\$133.750.000,00 (cento e trinta e três milhões, setecentos e cinquenta mil reais). Marcelo pontuou que acha que a maior perda foi da remuneração dos recursos aplicados no IPREMB e tendo em vista a pandemia também, a receita patrimonial de 2021 ficou na ordem de R\$139.000.000,00 (cento e trinta e nove milhões). Marcelo finalizou e ressaltou que o principal seria este item. Finda a explanação do Marcelo, Ana Mércia questionou aos Conselheiros se eles queriam começar a tirar as dúvidas começando pela receita ou pela despesa. O Representante Titular do Quadro Setorial da Educação- Sind-UTE/MG - Luiz Fernando de Souza Oliveira ressaltou que o fosse definido quanto a ordem dos questionamentos, eles seguiam. Ana Mércia ressaltou que, como a planilha da Receita estava aberta, que começaria pela receita então. Ana Mércia ressaltou que o Conselheiro que quisesse manifestar, era só ligar o microfone. O Representante Titular do Quadro Setorial da Educação- Sind-UTE/MG - Luiz Fernando de Souza Oliveira iniciou seu questionamento, arguindo que na planilha que o Marcelo apresentou

para os Conselheiros, ele esqueceu de apresentar, para que as pessoas vejam também, as receitas arrecadadas em 2016, 2017 e 2018. Em ato contínuo, Luiz perguntou que à esquerda da planilha apresentada, no espaço da remuneração de investimentos de RPPS, renda fixa, renda variável, fundos imobiliários, estava em branco no ano de 2018. Então, questionou o que significaria estar em branco; Luiz ressaltou que seria necessário um parâmetro de comparação dos anos anteriores. Marcelo disse que só tinha o total da remuneração, que eles somente não foram desmembrados. Luiz questionou onde estaria os R\$172.000.000,00 (cento e setenta e dois milhões de reais). Luiz localizou onde estavam. Luiz disse que era a carteira de investimentos em 2018. Marcelo concordou. Luiz informou que, analisando as explicações da carteira de investimentos, verifica-se que houve uma receita para mais. De 2018 em relação aos anos anteriores, agora, em 2019, é preciso avaliar. Marcelo informou que era na linha 20. Luiz concordou. Luiz compreendeu entendeu onde na planilha houve uma queda. Marcelo disse que estamos acima da média do que está previsto. Luiz ressaltou que estamos R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) a menos. Marcelo afirmou que sim, mas em relação a 2019. Marcelo pontuou que nós estamos acima da média do valor que foi previsto, que a arrecadação foi de R\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) até maio e só a título de informação, a planilha vai até maio. Marcelo destacou ainda que o mercado parece que está tendo uma grande reação em relação as aplicações, porque no último relatório de julho, só o rendimento foi de R\$49.380.000,00 (quarenta e nove milhões, trezentos e oitenta mil reais), quer dizer, o cenário está melhorando nesta área. Luiz disse que havia entendido, mas ressaltou que era importante saber isso, inclusive deste valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) a menos do ano anterior, porque no dia da inauguração do novo prédio do IPREMB, foi informado que os valores, carteira de investimentos, estavam indo muito bem, mas que na verdade, teve um prejuízo de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). Marcelo esclareceu para o Luiz que prejuízo foi só na questão da previsão, mas que na questão da arrecadação, melhorou. Marcelo destacou que até julho, a arrecadação chegou ao importe de R\$169.000.000,00 (cento e sessenta e nove) milhões,

ou seja, é dizer que nós vamos ultrapassar o que foi previsto. Ana Mércia se dirigiu ao Marcelo e fez uma ponderação, dizendo que, mesmo com pandemia, ainda tivemos lucro nos investimentos. Marcelo disse que a pandemia influenciou muito no mês de março, que foi pior mês na arrecadação desta receita e que em muitas aplicações, tivemos perdas. Marcelo destacou que foi o pior mês para o IPREMB nesta receita. Porém, em abril e junho, houve melhoras. Marcelo pontuou que só em julho, capitamos R\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de reais) de rendimentos no mês. Marcelo disse que até assustou, mas conversou com o Sr. Brasil (Chefe da Divisão de Investimentos) e ele disse que era isso mesmo. Luiz perguntou novamente se estamos abaixo em relação ao ano anterior em R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); Luiz destacou que está tendo um avanço, mas menor do que foi previsto no ano anterior. Marcelo afirmou, destacando que no ano anterior foi R\$ 216.000.000,00 (duzentos e dezesseis milhões de reais), mas que achava que este ano iria até ultrapassar, porque até julho nós temos arrecadado R\$169.000.000,00 (cento e sessenta e nove milhões de reais) e que ainda temos mais cinco meses. Luiz disse "ok". Luiz passou para outra pergunta e questionou sobre o não repasse das contribuições patronais no exercício atual. Marcelo informou que, até a competência de maio, foi pago normalmente. Luiz questionou se de janeiro a maio foi pago. Marcelo disse que foi pago normal, mas que a partir da competência maio, não foram realizados os repasses patronais, tendo em vista a pandemia, e a lei do próprio governo federal que autorizou estados e municípios a não repassarem este patronal do período de março a dezembro. Luiz perguntou como estaria em relação 2018, 2019, sobre os patronais, que a atual gestão deixou de fazer. Marcelo disse que em relação a novembro de 2018 e novembro de 2019, foi realizado em janeiro deste ano, um parcelamento de todos estes débitos que estavam sendo devidos pela Prefeitura, referido valor foi parcelado até abril. Marcelo destacou que foram pagos dentro das respectivas datas de vencimento e que este valor também entrou na lei que permitiu os municípios a não recolherem, e por isso, a partir de abril esta verba não estava sendo repassada. Luiz perguntou quantos parcelamentos atuais temos. Marcelo respondeu que são oito

parcelamentos. Luiz pediu para que estas informações fossem passadas nas próximas reuniões. Marcelo disse que poderia, só naquela hora, não tinha para passar os dados exatos, mas afirmou que nas próximas reuniões que precisarem de alguma informação, era só pedir que ele enviaria para o Conselho. Luiz disse "ok". Luiz disse que em 2021, a gestão está prevendo que continuará com o parcelamento. Marcelo afirmou que com certeza, haverá o parcelamento. Luiz disse "ok". Luiz tirou uma dúvida na planilha quanto a aplicação de juros e Marcelo esclareceu a dúvida. Luiz foi para a última pergunta questionando o que significa para receita de contribuição patronal a elevação da alíquota de 11 (onze) para 12% (doze por cento); Luiz questionou ainda se o IPREMB possui a previsão de quanto isso significará para os cofres, no salário de todos os efetivos. Marcelo respondeu que o cálculo da contribuição já foi levado em conta em relação à previsão da folha de pagamento, desta alíquota aqui, de 11 (onze) para 12 (doze) e ano que vem 13 (treze). Marcelo disse também neste mesmo sentido, que nós temos o aporte periódico para amortização do déficit atuarial, que também até este mês de agosto, é 3,95% (três e noventa e cinco por cento) e a partir de setembro ela passa para 4,60% (quatro e sessenta por cento) e em setembro de 21, ela está no Decreto nº 41.363, e em setembro de 2021, ela passou para 8,43% (oito e quarenta e três por cento). Marcelo pontuou que estes índices podem ser mudados de acordo com o novo cálculo atuarial atualizado. Luiz pontuou que é um dado importante e que todos os servidores devem saber, com clareza o que significa isso; Luiz destacou que toda esta política de atraso das contribuições patronais e estes parcelamentos todos, da carteira de investimento, que torcemos para que bata a meta prevista na lei, mas prevê que isso ensejará numa grande possibilidade de reforma da previdência ainda mais drástica para os servidores municipais, devido crise financeira no país e, 4 (quatro) anos de decreto de calamidade financeira; de que se trata de um grande problema a gestão municipal não entender a importância da realização de concurso público, pois, na educação, a folha de pagamento resulta de muitos contratos, ou seja, não contribui para o regime próprio de previdência. Luiz pontuou que isso significa menos recursos nos cofres do IPREMB; disse que corremos o risco

de grande reforma da previdência, que pode nos colocar para trabalhar 40 (quarenta); Luiz ressaltou que o próximo gestor municipal tem uma grande bomba relógio colocada no seu colo e que os servidores precisam entender o que é isso, uma vez que corresponde a um grande período de congelamento de salário, reformulações na carreira. Marcelo pontuou que se trata de um valor definido. Marcelo pontuou que poderia gerar uma reforma, mas que tivemos uma reforma recente agora. Luiz disse que em relação às receitas, ele havia terminado as perguntas. Ana Mércia perguntou se mais algum conselheiro gostaria de manifestar em relação a receita. Não havendo manifestações, Ana Mércia passou para as despesas. Margareth disse que temos que rever os valores disponibilizados nas despesas, uma vez que estamos em virada de mandato e não deixar aberto um teto muito alto, para que o próximo gestor não chegue pensando que tem grande aval para gastar. Margareth destacou que, quando a Câmara recebe a LDO, esta vem bem sucinta, só o tópico, sem detalhamento, então ela fazia o questionamento, não por duvidar, mas para se inteirar das despesas, ressaltou que não é nada pessoal, mas enquanto Conselheira, ela queria ter clareza quanto a esta dúvida. Sua dúvida dizia respeito sobre a natureza consultoria. Margareth pontuou que existe uma previsão de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Margareth continuou o raciocínio, alegando que em 2018, houve uma previsão de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e que foi gasto R\$50.600,00 (cinquenta mil e seiscentos reais), destacou ainda que em 2019, foi feita uma previsão de R\$79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais) e que foram gastos R\$25.800,00 (vinte e cinco mil reais e oitocentos reais). Margareth concluiu que houve uma queda de quase 50% (cinquenta por cento). A mesma conselheira pontuou que em 2020, houve uma previsão de R\$90.000,00 (noventa mil reais) e que deste valor, já foram gastos R\$135.000 (cento e trinta e cinco mil reais), ou seja, já gastou mais do que 130% (cento e trinta por cento) do valor inicial, ou próximo a isso, até maio. A referida conselheira concluiu sua observação, informando que, com certeza, tiveram que suplementar isso para consultoria. De forma conclusiva, a conselheira disse que, como não estava acompanhando o planejamento, qual seria o principal fator que

impulsionou este salto de R\$90.000,00 (noventa mil reais) para 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para ano que vem. Margareth perguntou qual o principal projeto do IPREMB que impulsionou esta consultoria. Marcelo respondeu que quando assumiu o IPREMB em julho de 2019, existia uma consultoria contábil. Somente esta consultoria na contabilidade, que dava suporte aos serviços contábeis; e a partir de agosto, Dr. Bruno pediu para encerrar este contrato; Marcelo disse que não tivemos mais esta consultoria no IPREMB, tanto é que o gasto de 2019 passou a um valor de R\$25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais); destacou que hoje, no IPREMB, a partir de 2020, já foi contratado uma consultoria para fazer auditoria quadrimestral da contabilidade do IPREMB; destacou que já está sendo feito, terminando o primeiro quadrimestre. Marcelo disse que foi aberta outra auditoria da dívida da Prefeitura, em relação ao período anterior a criação do IPREMB, relativo ao período em que ficou em aberto a contribuição dos servidores. Marcelo mencionou que foi até o próprio Conselho que pediu esta menção da auditoria que questionava os valores da dívida da prefeitura em relação ao IPREMB. Marcelo disse que já estava sendo iniciada esta auditoria, para ver se os dados estão corretos para que tudo seja transparente. Ademais, Marcelo disse que tem outra consultoria no setor de investimentos, mas que Sr. Brasil que pode explicar estas prerrogativas. Marcelo ressaltou que a consultoria é necessária, porque a lei muda muito rápido, e é exigido muitas vezes do servidor conhecimentos que às vezes ele não tem. Marcelo concluiu dizendo que o investimento precisa de consultoria. Na mesma linha Marcelo destacou que na própria área de benefícios, que os cálculos de aposentadoria, a análise de quem vai aposentar, precisam também de consultoria, para realizar um trabalho justo, de acordo com as leis. Marcelo disse que seria viável expandir esta consultoria para outros setores, que necessitam de informações atualizadas. O Chefe de Contabilidade do Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB finalizou sua explicação, arguindo que é um valor considerável os R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), estando dentro do que podemos realizar em 2020 e 2021. Luiz Fernando pediu um debate na consultoria. Luiz ressaltou que sempre teve muito “se e não” em relação a estas despesas

com consultoria e pessoas jurídicas e questionou por que o Conselho não tem acesso a estas informações, de quais são as consultorias e que os gastos e custos disto não são apresentados, apesar dos nossos questionamentos e nossos debates. Luiz destacou que é necessário considerar que em 2019, foi realizado um amplo debate no Conselho a respeito do projeto de lei de governança corporativa, de implantar no IPREMB um processo de governança e junto do projeto de lei estava embutida a opção, o caminho que o IPREMB seguiria de retirar a carteira de investimento das mãos da equipe interna do instituto e passar aos bancos. Luiz destacou que que hoje não temos mais carteiras administradas pela equipe do Instituto, afirmando que ela é completamente administrada pelos bancos, que inclusive poderia ser uma pauta das próximas reuniões do Conselho. Luiz disse que, no período em que tinha a carteira administrada por nós, valores de consultoria ficavam em torno de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), mas que agora que a carteira de investimento está nas mãos dos bancos, ou seja, nós estamos passando de uma previsão de orçamento de 2020, de R\$90.000,00 (noventa mil reais), que já foi suplementada para 135.000 (cento e trinta e cinco mil reais), ou seja, R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), e pulando para R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), de auditorias, de consultorias. Luiz disse que não via a necessidade de uma consultoria de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), uma vez que a carteira de investimentos não é mais gerida, pensada, pelo comitê de investimentos do Instituto. Luiz disse que isso é um valor muito alto para consultoria. Luiz disse ainda que, como nós firmamos o contrato com os bancos, eles passam a prestar contas, apresentar os melhores estudos e melhores ponderações a respeito de onde investir, na verdade, eles que fazem isso. Luiz finalizou sua fala arguindo que Esta era a sua contribuição na discussão da consultoria.

Marcelo disse que só queria informar que as carteiras de investimentos ainda não foram implementadas no IPREMB, arguindo que elas continuam no mesmo sistema, na mesma forma. Marcelo disse que quem faz o investimento ainda é o setor de investimento. Marcelo pontuou que houve algum problema para contratar a carteira de investimento, alguns problemas de edital e ainda não está

fechada esta carteira de investimento e que por isso, ainda é feita pelo setor de investimento. Luiz questionou quais são os bancos que estão em disputa para a administração carteira de investimentos. Marcelo respondeu Itaú, Bradesco, Brasil e tem outro, mas disse que fugiu a memória. Luiz questionou se não há intenção da gestão do IPREMB de permanecer com a carteira sendo gerida pelo comitê interno. Questionou também se ela será transferida para os bancos. Marcelo disse que era exatamente isso, existe este projeto, mas que ainda não foi finalizado, em decorrência dos problemas da pandemia, problemas de relatórios. Marcelo asseverou que ainda não está implementada, mas a ideia ainda é esta. Luiz pontuou que mesmo assim, achava que R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para consultoria é um valor muito alto, tendo em vista que não teve acesso as informações de consultoria, quem são, como são feitas, as escolhas. Marcelo disse que o Conselho pode exigir estes dados. Luiz sugeriu manter o valor em torno da casa de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Marcelo asseverou que não é só o setor de investimento, mas o setor de recursos humanos e benefícios também podem precisar de consultoria. Luiz disse que na consultoria estamos tratando de uma pessoa externa ao instituto, de que nós temos R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para consultoria e nós temos também nos serviços de terceiros, R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais). Luiz pontuou que não concorda, ressaltando que despesa elevando sem que não tenha tido nenhum momento de debates pelos conselheiros para saber ou ter acesso. Luiz deu exemplo nos recursos educação do Conselho do CONFUNDEB, no sentido de que tem acesso a tudo. Luiz destacou que se sentia incomodado de aprovar um orçamento que esteja aumentando sem que o Conselho tenha ao longo do tempo, periodicamente, a possibilidade de olhar e verificar se realmente é necessário por isso e por aquilo. Luiz destacou que não sabem nem quais são as pessoas jurídicas. Luiz disse que no ano de eleição, ainda, não é possível. Ana Mércia pediu a palavra e pontuou esclarecendo que Luiz se referia às linhas quinze e dezoito da planilha; em ato contínuo, Ana Mércia solicitou ao Marcelo que explicasse qual a diferença do que é apresentado na linha 15 (consultoria) e o que é apresentado na linha 18 (pessoa jurídica), que Marcelo explicasse o que abrange cada linha ou dotação. Marcelo disse que consultoria trata-se de uma despesa que vai auxiliar no caminho daquele trabalho contábil e de RH, ou de benefícios; explicitou que alguma nova lei que surgir, alguma nova modificação

que o IPREMB tem que seguir e IPREMB não está seguindo, a consultoria vai mostrar, mas também auditoria, que é uma forma de consultoria. Marcelo concluiu que esta é a definição da linha 15, que vai auxiliar o caminho deste trabalho que o IPREMB irá realizar. Marcelo disse que, quanto a linha 18 (serviço de terceiro- pessoa jurídica), são todos os contratos que o IPREMB tem para execução, manutenção no prédio, serviço de copas, cozinha, limpeza e conservação. Ana Mércia disse que, pelo que ela estava entendendo, a linha de consultoria e a linha pessoa jurídica, portanto, não possuem a mesma finalidade. Luiz disse que entendeu esta diferença. Ana Mércia disse que quando o Luiz destacou estas duas linhas, ficou parecendo que se tratavam da mesma coisa, mas que eram diferentes, porque são naturezas diferentes. Luiz disse que entendia, que não misturava uma com a outra, mas ressaltou que são valores altos, considerando todo o contexto todo que ele apresentou, de não ter clareza e acesso de quem são os contratados e para quê são contratados. Luiz perguntou quais são as pessoas jurídicas. Marcelo respondeu que salvo melhor juízo, por enquanto, achava que eram três: “Auditores Independentes Sociedade Civil”, “LTB Consultoria Financeira Limitada” e “Auditores Independentes Sociedade Civil”, porque esta última está fazendo dois trabalhos. Luiz disse que uma mesma empresa está fazendo dois trabalhos, mas ressaltou que o Conselho não foi informado de nada disso e que por isso, achava que o valor deveria reduzir. Marcelo disse que se trata de uma previsão e que não significa que vai gastá-lo todo. Luiz pontuou que não dava para autorizar R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) sem saber como será usado. Margareth disse que faltou é a justificação do valor, destacou que este é um ano atípico de congelamento de valores e salários e que este valor corresponde um salto valorativo muito alto, em relação aos anos 2018, 2019 e 2020. Margareth pontuou ainda que, deveríamos ter no IPREMB o profissional que buscamos no mercado e, por isso, reitera a necessidade de um planejamento e concurso, para que Instituto fique mais robusto. Margareth ressaltou na planilha algumas dotações que ela entendeu que estavam coerentes com os anos anteriores, mas que sentiu um desequilíbrio na prestação de serviços de terceiros. Ela destacou que é necessário saber qual o contingente de pessoas a serem contratadas; inclusive sugeriu que a próxima pauta esteja a previsão de RH para 2021. Margareth disse que outra coisa que a incomodou foi sobre os R\$90.000,00 (noventa mil reais) de auxílio alimentação.

Margareth perguntou se esta despesa é só de quem está dentro do IPREMB, quantas pessoas são e o que está dimensionado. Margareth disse que só querem a transparência para compreender os valores, inclusive destacando que a lei de governança prevê isso. Na ocasião, Margareth parabenizou a Ana Mércia, dizendo que ela deixará um legado pela sua postura enquanto Presidente do Conselho. Disse ainda que deveria parabenizar a Ana Mércia e o Marcelo que não estavam medindo esforços para que a reunião acontecesse e que o próximo gestor que chegar, deve pensar com carinho a respeito do IPREMB. Luiz pediu para continuar e disse que ressaltaria sobre a questão de aquisição do imóvel. Luiz disse que as pessoas que estavam acompanhando a reunião precisavam saber. Luiz disse que o valor do novo imóvel do IPREMB foi vantajoso, comparado ao valor anterior e destacou que foi bom a Educação ter lutado pela não aquisição do primeiro imóvel, que era muito mais caro. Luiz sugeriu que esta fosse a pauta da próxima reunião, para que as pessoas compreendessem como é importante sair do aluguel e que a diferença valorativa de R\$40.000,00 (quarenta milhões) do primeiro imóvel, para R\$11.000,00 (onze milhões) deste novo imóvel está ótimo. Ana Mércia pediu a palavra, agradeceu a Margareth sobre a consideração do seu trabalho, deixou claro que a posição dela é como a deles, que é de apoiar o servidor, disse que foi importante o Conselho entender que não poderíamos mais lidar com aluguel e adaptações dos imóveis (cabearamento, imobiliários), porque estavam como nômades e isso gera muitos gastos, disse que foi um ato de coragem do Conselho consentir na aquisição de uma sede própria, porque significa dignidade para as pessoas que contribuem 30 (trinta), 35 (trinta e cinco) anos de vida laboral, destacou que o Conselho agiu com coragem a favor do servidor e do inativo. Ana Mércia finalizou sua fala, dizendo que, como conselheiros, somos porta-vozes das categorias que representamos, que por isso, agradecia o empenho do Conselho porque foi um trabalho conjunto, ressaltando ainda o empenho do Presidente do IPREMB Bruno Cypriano e do prefeito Vittorio Medioli nesta demanda. Luiz pontuou que era exatamente por isso que seria necessário dar clareza de como procedeu a compra do imóvel, sendo um patrimônio do servidor e do conjunto e de que era interessante uma prestação de contas, mesmo que o Sind-UTE tenha proposto a construção ao invés da compra. Luiz disse que, em relação à linha de equipamentos e imóveis permanentes, achou um valor muito alto, comparado aos anos anteriores.

Destacou que sabe que é por causa do novo imóvel adquirido, mas pontuou que deve ser exposta uma previsão, solicitando cautela nisso. Sobre a construção e ampliação da reforma da sede, Luiz disse que lembra que no debate, ficou dito que a construtora disponibilizaria equipe após a entrega do imóvel para quaisquer eventualidades. Luiz então questionou porque destinar o valor para reforma, se o dono faria tudo, até porque havendo vícios ocultos ou questões redibitórias, o proprietário que vendeu deve fazer as correções necessárias. Luiz então iniciou a fala referente à contribuição patronal do INSS, associando com os temas contratação de estagiárias e de contratação de servidores. Marcelo informou para Luiz a parte da planilha estavam inseridos os estagiários e o que significavam os valores referentes aos mesmos. Marcelo explicou para Margareth sobre a migração de estagiários, que o IPREMB tomou para si a administração dos estagiários. Margareth disse que entendeu, e que é inclusive uma economia. Marcelo disse que a questão dos estagiários saiu da mão de terceiros e agora quem administra é o IPREMB. Dirimidas as controvérsias de compreensão quanto a questão específica dos estagiários, Margareth novamente ressaltou a necessidade de concurso público. Luiz disse aproveitou o ensejo e disse que estágio deve estar vinculada à finalidade proposta pelo estágio e não para atuar, em decorrência da lacuna decorrente da falta de concursados. Luiz disse que em relação a concurso público, o Orçamento optou por reduzir o valor, sendo que deveria manter. Luiz pediu esclarecimento sobre o dado em vermelho e sobre pagamentos e sentenças judiciais. Destacou que a implantação do PIA, não foi acompanhada com a realização de concurso público. Consignou que existem muitos contratados, sem concurso. Luiz disse que estas pessoas poderiam estar contribuindo para IPREMB e não estão, porque não são concursadas. Destacou ainda o tópico quanto aos valores para sentenças, arguindo que o servidor comparece, faz o pedido de aposentação, com os requisitos de tempo e idade, mas aguarda muitos meses para se aposentar, a portaria é publicada a partir da data do pedido. Luiz disse que o IPREMB terá um grande ônus, porque não está pagando a aposentadoria referente a estas pessoas. Luiz disse que as pessoas então estão ingressando no judiciário. Luiz disse que o IPREMB terá que pagar muito mais do que a aposentadoria propriamente dita, porque nas sentenças, estarão adicionados juros, correção monetária e honorários advocatícios. Luiz ressaltou que é questão que precisa ser revista urgentemente, e

que é crucial que a aposentadoria seja paga a partir da data do requerimento da Aposentadoria. O outro ponto tratado pelo Luiz foi sobre os juros, multas e parcelamentos do PASEP, ressaltando que se o IPREMB está deixando de pagar PASEP, isto também é muito sério. Luiz disse que a discussão de despesas finalizou e que, em conjunto com a Margareth, defende de forma intransigente a necessidade de concurso público. Marcelo disse que em relação ao PASEP é porque trata de parcelamento e por isso, tem juros, multa e que funciona do mesmo jeito do parcelamento da prefeitura, que não está atrasado. Marcelo disse que quanto ao espaço de inativos e PMB, é um dado que vem direto da Prefeitura, que ele ainda não tinha e que por isso, ainda não estava preenchido. Na ocasião, informou os números para quem quisesse anotar em suas planilhas. Marcelo disse que, em relação a serviços de terceiros, a despesa total foi prevista em R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), destinados a novos contratos para a nova sede do IPREMB e que com certeza os valores serão maiores porque não estamos mais naquela caixinha, do imóvel anterior. Marcelo destacou os gastos decorrentes da nova sede, como o gasto com monitoramento da garagem, por exemplo, que agora é um prédio maior, portanto, com custo maior. Pontuou que o próprio serviço de manutenção, serviço e copa será maior. Marcelo destacou que precisávamos entender que a previsão orçamentária de uma sede inapropriada como a que tínhamos, não pode ser comparada a atual, pois vamos precisar mobiliar seis andares, então que por isso, teremos gastos. Marcelo pontuou que se conseguirmos mobiliar este ano, excelente, mas que se não for, precisaremos de previsões futuras, para o próximo ano. Marcelo disse que a sala de reuniões será muito maior, que o auditório tem que ser equipado e que gastaremos mais neste período do que em um movimento passado. Finalizou que são necessários equipamentos novos e adequados à nova sede. Exemplificou que a reunião foi feita na Câmara porque na sede antiga não tem possibilidade e que não existem equipamentos, então, estão sendo feitos estudos do que é necessário para a nova sede e de quantos computadores novos serão necessários. Marcelo disse que já existe este estudo para aquisição de novas máquinas para a nova sede e que tudo isso vai permitir que o IPREMB cresça. Marcelo concluiu que não podemos trabalhar com a “estruturazinha” do outro prédio. Ressaltou a necessidade de um orçamento que seja adequado agora para a nova sede e que não devemos ficar agarrados nos números anteriores,

mas temos que pensar na nova sede. Luiz disse que o Marcelo tem estudos e gostaria de ter acesso aos estudos. Luiz disse que uma coisa é aquisição de mobília e outra é reformar e fez algumas considerações quanto aos valores constantes na planilha e que estes poderiam ser reduzidos. Marcelo disse que poderia rever este ponto e colocar sob votação do Conselho. Margareth ressaltou que deveria estar mostrando para eles estarem avaliando, para saber o que realmente está acontecendo. Ana Mércia disse que em tempo algum existiu objeção em prestar contas, até porque tudo é publicado. Ana Mércia disse que foram levantadas pautas de reunião sobre a nova sede, do setor de investimentos e benefícios e que empenhará em realizá-las para que todos tenham clareza do trabalho que tem sido feito no Instituto. Marcelo disse que quanto ao concurso, o valor é para realização do processo. Ana Mércia confirmou esta informação. Luiz disse que está contraditório. Os valores que deveriam ser mais altos não são e os valores que deveriam ser mais baixos não são. Uma previsão boa para o concurso seria utilizar como parâmetro o concurso anterior que teve referente ao IPREMB. Dirimidas algumas controvérsias de valores, Luiz e Marcelo conversaram quanto a alguns valores referente às sentenças dos aposentados. Marcelo resalta a gestão de anos anteriores. Luiz disse que sobre a questão de analisar os anos anteriores, que em diversas situações, a própria gestão faz comparativo com anos anteriores. Luiz disse que quer que a atual gestão respeite o servidor municipal, que a gestão passada tenha respeitado o servidor municipal e o aposentado, que estão com valores congelados, por uma atitude nefasta da atual gestão. No plano de governo dele, ele disse que faria um plano de recuperação salarial, mas não teve. A única porcentagem conquistada foi por causa da greve. Ana Mércia disse que o novo prédio trará dignidade a segurados e ativos. Luiz concordou. Ana Mércia disse que deve olhar para frente. Luiz disse que prédio bonito aparece na foto, mas regularizar a aposentadoria não. Ana Mércia disse que tratar de política nesta reunião é desnecessário e que não temos como comparar com outras gestões, sendo que agora nossa realidade é outra. Luiz disse que mesmo assim, algumas questões precisam ser avaliadas. Marcelo disse que não deve priorizar somente os anos anteriores, mas levar em consideração que estamos no marco da nova sede e isso é crescimento. Ana Mércia perguntou se havia mais alguma consideração, destacando os seguintes pontos: "Pessoa física", "pessoa jurídica", "concurso", "reforma" e "consultoria". Luiz disse sobre a

necessidade de apresentação de estudos, para ele votar sobre o orçamento. Luiz disse sobre a viabilidade de apresentar o orçamento 2021 para a Câmara depois, considerando que nos anos anteriores, o prazo para envio para Câmara não foi respeitado. Luiz pontuou que na atual conjuntura, se tivesse que votar, ele seria contrário. Ressaltou ainda as sugestões feitas constarem de alterações, eles avaliam novamente. Marcelo sugeriu que os itens fossem avaliados naquela ocasião da reunião. Ana Mércia pontuou que, mesmo com a sede sendo nova, o orçamento deve contar com um valor destinado aos imprevistos. Luiz disse que, em face das questões feitas, seria possível votar naquele momento, que não faria considerações embasado em informações que não possuía. Margareth sugeriu que fosse realizada uma média do que foi gasto nos anos anteriores, para equilibrar os valores que eles pontuaram este ano. Luiz achou que era uma boa proposta. Margareth exemplificou como seria este cálculo. E disse que de fato, pelo cálculo, o valor da consultoria estava alto. Ana Mércia disse que precisávamos respeitar a ótica do profissional que fez a planilha e perguntou ao Marcelo o que ele pondera a respeito deste valor. Marcelo disse que a consultoria é obrigatória. Luiz disse que é um bom caminho a sugestão da Margareth, mas que estariam votando sem os números que comprovam os números apresentados e isso causa incômodo. Ana Mércia perguntou para o Marcelo o que ele achava da sugestão, enquanto profissional da contabilidade, porque ele achava importante manter este valor e, se for alterado para menor, poderia ser suplementado, caso houvesse necessidade. Ana Mércia perguntou ao Marcelo se é viável suplementar ao invés de colocar no orçamento. Marcelo fez algumas considerações numéricas na ocasião. Foi sugerido pelo Luiz, que existisse acompanhamento mensal sistemático do orçamento e de sua execução. Ana Mércia disse que era uma questão que poderia ser amadurecida. Ana Mércia disse que entende o clamor do Conselho para que mensalmente, o mesmo participe das questões orçamentárias, mas que a maneira a ser feita deve ser amadurecida. Margareth disse que estamos jogando para o próximo mandato uma margem muito alta e reiterou a proposta e disse que todos os Conselheiros deveriam se posicionar; Ana Mércia perguntou qual conselheiro gostaria de se posicionar. O Conselheiro Marco Aurélio pontuou que o orçamento precisa de alguns ajustes, porque a receita está menor que a despesa; além disso, pontuou que não haverá concurso e que a Prefeitura não está passando o

patronal. Destacou ainda que este ano, o IPREMB se beneficiou da lei, mas independente da lei, não estava passando os repasses. Marco Aurélio disse que o IPREMB abriu mão de alguns investimentos para poder pagar a aposentadoria, então, que por isso, acreditava que o orçamento deveria ser mais enxuto. Ana Mércia perguntou se mais algum conselheiro queria manifestar. Não havendo manifestação, Ana Mércia perguntou ao Marcelo o que poderia ser feito, considerando a sugestão dos conselheiros. Ana Mércia ressaltou os pontos mais questionados. Luiz disse que não tinha condições de aprovar o orçamento nesta data, mas que precisaria de estudos. De modo, geral, considerou que os valores da despesa deveriam abaixar. Luiz disse que não possuía, naquela ocasião, a base de sustentação para alteração naquela ocasião, mesmo percebendo a intenção da Presidente e do Marcelo em querer resolver, que sempre responderam às questões em reunião. Na ocasião, Luiz parabenizou a Ana Mércia e o Marcelo, mas ressaltou que se o voto fosse hoje, ele não possuía condições de aprovar. Ana Mércia disse que se não fosse dado o prazo pela Câmara, qual seria a responsabilidade do Conselho. Luiz disse que deveria ser consultado cada conselheiro. Ana Mércia disse que entraria com o pedido de extensão do prazo e que aguardaria a resposta. Marco Aurélio disse que precisamos de mais um prazo e que como temos a reunião dia 28, seria o momento ideal para mais uma análise e para mais alguma sugestão. Margareth disse que não votaria hoje como está; destacou que a média dos anos anteriores seria suficiente. Mas que entenderia o posicionamento do Marcelo, quanto a esta viabilidade. Ela reiterou que deveria haver a alteração e que baixasse os valores. Lidiane disse que toda e qualquer contribuição do Luiz e da Margareth foram ótimas, só que de processo de compras, ela entende pouco e que o que está no orçamento nem sempre vai ser gasto. Lidiane ressaltou que está tendo maior despesa do que receita. Mas que em relação ao orçamento da forma que está, não tem objeção, porque vai gastar o que puder gastar. E que é necessária uma previsão para mais. Lidiane disse que dificilmente haverá concurso ano que vem. Lidiane não opôs ao orçamento da forma que está, porque destacou que, se houver qualquer gasto que não acharem bem justificado, o Conselho possui o Ministério Público e outros entes. Lidiane não se opôs ao orçamento como está e concordou com a ponderação que o Luiz pediu, de saber o que foi gasto e porque foi gasto. A conselheira Debora Dias disse que achava que faltou um

pouco de mais esclarecimento, mas que votava a favor do orçamento. Nesta ocasião, o Conselheiro Luiz interrompeu a fala da Debora e questionou se o voto do Sind-Serb era mesmo favorável ao orçamento. Debora disse que parcial sim. Luiz disse ok. Ana Mércia disse que Cida manifestou pela aprovação, caso as questões apontadas sejam revistas. Ana Mércia abriu para votação: Luiz votou contrário ao orçamento hoje; Margareth votou contrário, tendo em vista que existirão novos gestores e não poderá haver brecha, deve ter uma média para o ano que vem, que é um ano diferenciado. Cida Lopes votou pela não aprovação hoje, para que possa inteirar mais sobre o assunto. Lidiane votou pela aprovação do orçamento, da forma que está. Debora votou contra, para saber mais sobre o orçamento. Valdemar disse que votava com a maioria. Ana Mércia disse que existiam cinco votos contrários e um a favor. Ana Mércia agradeceu a todos e Luiz agradeceu a condução da reunião. Margareth também agradeceu a Ana Mércia e ao Marcelo. Finalizada a reunião, foi sugerido pela Presidente do CMP que a reunião fosse continuada no dia 28 de agosto de 2020, as 14h00min, através da mesma plataforma virtual *Google Meet*, trazendo as ponderações citadas. Sem mais a ser tratado, essa reunião encerrou-se às 14h02min, com esta Ata lavrada por mim, Laisa Thalita Bernardino Felicíssimo e assinada pelos presentes.

APROVAÇÃO DOS PRESENTES

Ana Mércia Pereira; Luiz Fernando de Souza Oliveira; Margareth Melo Rezende Butori; Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira; Lidiane Alves de Oliveira; Maria Aparecida Lopes Fonseca Andrade; Débora Dias; Valdemar Frederico; Marcelo Jorge da Mata; Laisa Thalita Bernardino Felicíssimo